



**TATIANA MARIA PIMENTA**

**MULHERES NO SUL DE MINAS GERAIS: DIVÓRCIO,  
ECONOMIA, EDUCAÇÃO E IMPRENSA  
SÉCULOS XVIII E XIX**

LAVRAS - MG  
2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

TATIANA MARIA PIMENTA

**MULHERES NO SUL DE MINAS GERAIS: DIVÓRCIO, ECONOMIA,  
EDUCAÇÃO E IMPRENSA  
SÉCULOS XVIII E XIX**

LAVRAS – MG  
2023

**TATIANA MARIA PIMENTA**

**MULHERES NO SUL DE MINAS GERAIS: DIVÓRCIO, ECONOMIA, EDUCAÇÃO  
E IMPRENSA  
SÉCULOS XVIII E XIX**

Monografia apresentada à  
Universidade Federal de Lavras,  
como parte das exigências do  
Curso de Licenciatura Plena em  
Pedagogia, para a obtenção do  
título de Licenciada.

Prof. Dr. Josué Humberto Barbosa  
Orientador

LAVRAS – MG  
2023

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1</b> - Brasil em 1749: Mapa das Cortes	19
<b>Mapa 2</b> - Mapa de Campanha em 1789. 1º Caracterização do território do sul de Minas Gerais	22
<b>Mapa 3</b> - Mapa Cartográfico das Comarcas do sul de Minas em 1749, 1765 e 1874	22

**LISTAS DE GRÁFICOS**

<b>Gráfico 1</b> - Riqueza das Mulheres em comparação com a de homens chefes de fogos	28
<b>Gráfico 2</b> - Distribuição de Riquezas em Lavras	29
<b>Gráfico 3</b> - Estado Civil e Profissões das Mulheres Brancas, Pardas, Crioulas e Pretas Chefes de Fogos em Lavras - MG	37
<b>Gráfico 4</b> - Crianças e Adolescentes em idade escolar na Escola, Campanha (1831)	38

**LISTA DE FIGURAS**

- Figura 1** - Árvore Genealógica de Maria Esméria e do coronel-mor Manoel Teixeira 26
- Figura 2** - Assinatura de Dona Maria Esméria na Administração de Empréstimos 28
- Figura 3** - Opiniões do excelentíssimo bispo conde frei Francisco de São Luís 32  
Divórcios do Vínculo Conjugal
- Figura 4** - Libelo Cível de Divórcio de Cona Maria Florinda 35
- Figura 5** - 1ª edição do jornal “O Sexo Feminino” publicada em 1873 em Campanha 41

## RESUMO

O presente trabalho, realizado por meio de estudos em diversas fontes, como inventários *post mortem* de família, jornais de época, listas nominativas de habitantes, em documentos manuscritos e impressos, é o resultado de pesquisas bibliográficas e documentais que teve por objetivo evidenciar a atuação das mulheres do sul de Minas Gerais em diversos âmbitos locais, regionais e nacionais, nos séculos XVIII e XIX. Enfocando suas lutas sociais, suas buscas por prestígio e reconhecimento, em diferentes momentos da história da formação social, histórica, econômica e política do sul de Minas Gerais, contrasta com a visão pré-concebida, e ainda tão popular, de que viviam em um contexto patriarcal e destituídas de significância nas esferas pública e privada: recatadas, caladas, subjugadas. De outro modo, através deste estudo conseguimos demonstrar outras realidades por elas agenciadas e vivenciadas, movimentando a economia, a sociedade e a política. Contextualizando uma sociedade menos estratificada, mais aberta, apresentando uma organização social diferente da que dominava na Colônia, mulheres sul mineiras, nesse período, preencheram espaços até então pouco vislumbrados historicamente, como ações de divórcio, empreendimento econômico, formação profissional e atuação jornalística. Essas particularidades pouco estudadas sobre a sociedade local demonstram a relevância das mulheres em diferentes âmbitos que geralmente foram ocupados por homens, contrastando a visão que temos das mulheres no passado.

**Descritivos:** *Mulheres, sul de Minas Gerais, Divórcio, Educação, currículo*

## ABSTRACT

The present work, carried out through studies in several sources, such as post *mortem family* inventories, newspapers of the time, nominative lists of inhabitants, in handwritten and printed documents, is the result of bibliographical and documentary research that aimed to highlight the performance of women in the south of Minas Gerais in different local, regional and national contexts, in the 18th and 19th centuries. Focusing on their social struggles, their search for prestige and recognition, at different moments in the history of the social, historical, economic and political formation of the south of Minas Gerais, it contrasts with the preconceived view, and still so popular, that they lived in a patriarchal context and devoid of significance in the public and private spheres: demure, silent, subjugated. Otherwise, through this study we were able to demonstrate other realities that they managed and experienced, moving the economy, society and politics. Contextualizing a less stratified, more open society, presenting a social organization different from the one that prevailed in the Colony, women from southern Minas Gerais, in this period, filled spaces hitherto little seen historically, such as divorce actions, economic enterprise, professional training and journalistic activities. These little-studied particularities about the local society demonstrate the relevance of women in different areas that were generally occupied by men, contrasting the view we have of women in the past.

**Key-words:** Women, Southern Minas Gerais, Divorce, Education, curriculum

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO 1 MULHERES, EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DE MINAS GERAIS</b>	<b>14</b>
<b>Comarca do Rio Verde: Territorialidade e Regionalização do sul de Minas</b>	<b>19</b>
<b>Mulheres no Brasil, Minas Gerais e sul de Minas: Séculos XVIII-XIX</b>	<b>23</b>
<b>CAPÍTULO 2 DONA MARIA ESMÉRIA: CHEFE DE FAMÍLIA E DE NEGÓCIOS NO sul DE MINAS</b>	<b>26</b>
<b>Dona Maria Esméria e a Cultura Letrada</b>	<b>27</b>
<b>Dona Maria Esméria e a Economia sul Mineira</b>	<b>29</b>
<b>CAPÍTULO 3 DONA MARIA FLORINDA: RESISTÊNCIA FEMININA E IDENTIDADE ECONÔMICA REGIONAL</b>	<b>31</b>
<b>Dona Maria Florinda e o Divórcio no Civil</b>	<b>32</b>
<b>Mulheres chefes de Fogo</b>	<b>36</b>
<b>CAPÍTULO 4 DONA “SENHORINHA”: EDUCAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA IMPRENSA</b>	<b>38</b>
<b>Dona “Senhorinha” e a Educação Feminina</b>	<b>39</b>
<b>Dona “Senhorinha” e a Representatividade Feminina na Imprensa</b>	<b>40</b>
<b>CAPÍTULO 5 MULHERES, EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E ECONOMIA INTERNA NO sul DE MINAS GERAIS</b>	<b>43</b>
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>45</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>47</b>

## INTRODUÇÃO

*Mulheres no sul de Minas Gerais: divórcio, economia, educação e imprensa - séculos XVIII e XIX*, intitula um estudo sobre a presença das mulheres na história, na educação, na economia, na imprensa e na justiça da região do rio Grande, sul de Minas Gerais, em fins do período colonial e durante o período imperial.

Essa presença, documentada em inventários *post mortem* de família, jornais de época, mapas de população de cidades da região, entre outros documentos arquivísticos e bibliográficos, ressignifica a visão estereotipada das mulheres do passado no presente. Em geral, visões utilizadas para justificar privilégios, estes que seriam resultados das estruturas familiares patrifocais que, segundo Kátia Campos (2010), são aquelas nas quais o homem desempenha a função de provedor e de detentor do poder de decisão, sendo relegado à mulher o papel secundário de esposa e mãe.

Visões na atualidade sobre a presença da mulher de épocas passadas que estão nos livros didáticos adotados na Educação Básica, os quais reproduzem imaginários machistas, misóginos, da mulher subjugada enquanto base do modelo histórico da sociedade patriarcal brasileira - clássica discussão na historiografia presente na obra de Gilberto Freyre, *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* (2003).

Portanto, a presença das mulheres na educação, na economia, na imprensa e na justiça da região do rio Grande, no sul de Minas Gerais, entre os períodos colonial e imperial, desconstrói um conjunto de visões de época, ações e maneiras de ser, pensar e agir, dominadas pelo pai, senhor da família e justificadas pela igreja ou por específicos espaços sociais. Enfim, interpretação histórica que supervaloriza a figura masculina, colocando-a em posição de destaque e controle frente ao que as mulheres deveriam ser ou realizar, conformando ideais de perfeição para uso e abuso de marido, filhos, irmãos ou algum homem.

Mas os meios de expressão da mulher ainda patriarcal e já burguesa, suas oportunidades de intervenção nas atividades extradomésticas, continuaram [...] insignificantes. Reduzidas a formas graciosas. Graciosas e quase inócuas. Nenhuma mulher ortodoxamente patriarcal, ou semipatriarcal [...] foi capaz de comunicar a algum dos filhos, ao marido, ao irmão, a algum homem público ou a poeta seu apaixonado [...] sugestão que excedesse às de puro sentimento ou de pura sensualidade. Nunca os dois sexos se ajustaram numa criação comum, de significado político ou literário. Nada que se aproximasse de inteligente ação

extradoméstica da mulher, através do marido, do filho, do irmão, com quem ela colaborasse ou a quem estimulasse por meio de uma simpatia docemente criadora (FREYRE, 1961, p. 111-2).

A vida extra-doméstica da mulher, nos âmbitos de sua autonomia e poder decisório, de forma pública e privada de modo geral, “só se manifestavam concretamente na ausência do elemento dominante masculino, ou seja, na viuvez ou no celibato permanente” (SILVA, 1995 apud CAMPOS, 2010, p. 3). Porém, algumas especificidades da sociedade, da política e da economia sul mineira proporcionaram mudanças na estrutura organizacional da sociedade e no modo de se portar das mulheres.

Ao dar maior destaque e relevância a processos educacionais na Educação Básica, especificamente para a região do Rio Grande em consonância com a história regional da grade do 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, há a possibilidade, com este estudo, de despertar, sobretudo, o sentimento de regionalismo acerca de uma entre outras histórias que o cerca, por exemplo, por meio do conhecimento com relação a história de mulheres, que lutaram para serem ouvidas, que foram capazes de combaterem estereótipos, em geral advindos de práticas culturais transmitidas ao longo dos séculos, em relação ao seus lugares na sociedade, destacando os diferentes âmbitos em que atuaram, públicos e privados.

Essas mulheres foram responsáveis por lutarem por autonomia, assumindo cargos de chefia em movimentos de relevância política, econômica, histórica, social, cultural e ideológica. Mulheres como mantenedoras e figuras de relevância local, identificadas graças à compilação de dados organizados em artigos, livros, listas nominativas, jornais de época, documentos e mapas históricos de população de cidades da região do sul de Minas Gerais, e inventários *post mortem*, destacando entre esses últimos, biografias históricas de mulheres da região.

Embora as mulheres tenham vivido em um mundo pautado pelo modelo patriarcal, a sua sujeição foi relativizada, não só a partir de atos que implicavam em rebeldia e transgressões, mas também na sua vivência cotidiana, marcada pela intensa mobilidade masculina, que propiciou que elas assumissem posição de mando de casa, que tomassem as rédeas na gestão de negócios e propriedades (SCOTT, 2019, p. 7).

Ao longo do estudo e análise documental de artigos e arquivos sobre os contextos de formação e consolidação da região sul de Minas Gerais, foco da pesquisa, foi possível relacionar as especificidades encontradas no modo como as pessoas se relacionavam nos séculos XVIII e XIX, suas interações da sociedade, na vida privada e na vida pública, na

economia e na política, proporcionando uma resignificação de “pré-conceitos” afirmados e reafirmados pelas figuras de poder da época, que construíram e escreveram a história, remodelando fatos e desconstruir posições de poder.

Essas posições de poder se configuram enquanto a representação masculina, geralmente o foco da sociedade da época, vista como patriarcal e patrifocal, assim como o prestígio e as regalias conduzidas às elites e à congregação eclesiástica, responsáveis por reproduzir pensamentos e comportamentos acerca do modo como cada pessoa, particularmente a população feminina, deveria agir e se comportar diante da vida pública e privada.

A Igreja bem que tentava domar os pensamentos e os sentimentos, muitas vezes até com algum sucesso, mas nem todo mundo aceitava passivamente tamanha interferência quando o fogo do desejo ardia pelo corpo ou quando as proibições passavam dos limites aceitáveis em determinadas circunstâncias. Contudo, parece que o normal era a introjeção, por parte das próprias mulheres, dos valores misóginos predominantes no meio social; introjeção imposta não só pela Igreja e pelo ambiente doméstico, mas também por diversos mecanismos informais de coerção, a exemplo da tagarelice de vizinhos, da aceitação em certos círculos, da imagem a ser mantida neste ou naquele ambiente etc. Os desvios da norma, porém, não eram tão incomuns numa sociedade colonial que se formava e muitas vezes improvisava seus próprios caminhos muito longe do rei. Isso explica a impressão do vice-rei marquês do Lavradio ao desembarcar no Brasil, a quem parecia, em 1768, que “este país é ardentíssimo, as mulheres têm infinita liberdade, todas saem à noite sós” (PRIORE; BASSANEZI, 2004, p. 43).

A partir dessa dualidade, entre o que se imagina sobre o modo de vida das mulheres nas sociedades do passado e a realidade de “transgressões” que possibilitaram que elas pudessem ocupar posições de mando de casa, gestão de negócios, exposição de opiniões sobre a vida e a política de forma pública, entre tantos outros cargos de poder e luta por direitos, entendemos que a história regional, responsável por formar e ser a base de todas as estruturas políticas, econômicas e sociais do lugar onde se vivem, deve ser transmitida, estudada e discutida com os e as estudantes, gerando possibilidades de conhecimento, social e histórico, e valores de pertencimento a um povo e a uma história, consequentemente possibilitando encontros com sua identidade comunitária - processos educacionais relacionando com o ensino-aprendizagem das relações entre as diversas comunidades territoriais: familiar, virtual, de amizade, escolar e regional.

Dessa forma, esta Monografia está organizada em seis partes: Mulheres, Educação e Formação Sócio-econômica de Minas Gerais; Dona Maria Esméria: Chefe de Família e de Negócios no sul de Minas Gerais; Dona Maria Florinda: Resistência Feminina e Identidade Econômica regional; Dona “Senhorinha” e a Educação Feminina; Mulheres, Educação,

Sociedade e Economia Interna no sul de Minas Gerais; e, por fim, a Conclusão.

Cada discussão, em cada um dos tópicos, faz referência ao título do trabalho, Mulheres no sul de Minas Gerais: Divórcio, Economia, Educação e Imprensa - séculos XVIII e XIX, e se inter-relacionam ao abordarem questões sobre economia, política, educação e sociedade, trazendo o contexto histórico em que se formou o sul de Minas Gerais: seu povoamento, importância política, destaques econômicos e como esses aspectos influenciaram o modo como a sua sociedade se configurava - normas e preceitos quebrados e proporcionados por mulheres como Dona Maria Esméria Cândida Teixeira, viúva do coronel Manoel Teixeira, que viveu em Lavras entre o fim do século XVIII e início do século XIX, na administração dos empréstimos contraídos por mais de trezentos moradores locais, responsável economicamente por suas posses, pela manutenção de sua fazenda e de seus empregados; ou ainda Dona Maria Florinda, de Três Pontas, que, ao se encontrar em dívidas e com poucos bens, após seu marido gastar o dinheiro da família com bebidas, jogos de azar e com cortesãs, pediu o divórcio na esfera civil numa época em que apenas se concediam o desquite, no tribunal eclesial, bem como lutou pela guarda de suas filhas e por sua independência pessoal e financeira; e, por fim, Dona Francisca “Senhorinha” da Motta Diniz, fundadora e redatora do jornal *O Sexo Feminino*, que rompeu com a tradição da educação formal das mulheres voltada para os afazeres domésticos e buscou incluir a população feminina em assuntos de destaque da época, defendendo que as mulheres faziam parte da sociedade e, dessa forma, deveriam ficar informadas para atuarem nos acontecimentos relevantes.

## CAPÍTULO 1

### MULHERES, EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DE MINAS GERAIS

No fim do século XVII, o comércio açucareiro enfrentava uma séria crise, graças à grande oferta do produto no mercado estrangeiro, proporcionado pelas plantações de cana de açúcar da Companhia das Índias Ocidentais holandesa nas Antilhas, após a União Ibérica (1580-1640) e de sua expulsão de Pernambuco (1654). Todavia, na prática, nesse período, configurou o contexto em que o Tratado de Tordesilhas deixou de existir, uma vez que as coroas portuguesas e espanholas estavam unidas, possibilitando aos “brasileiros”/portugueses adentrarem sem reservas no território espanhol na América. Nascia, assim, o sertão brasileiro com toda sua diversidade.

Na prática, geograficamente, o sertão mineiro era a área recoberta principalmente pela zona curraleira - o “sertão dos currais” -, confirmando a capitania de Minas Gerais com a da Bahia, entendida como “um extenso e aberto sertão”, onde não existia atividade mineratória e as terras eram planas e vistosas, porém “menos férteis” do que a do restante do “continente de Minas.” Em Minas Gerais não havia somente um único sertão, mas vários. As principais descrições indicam ser a região povoada por inúmeras nações indígenas e com fraca população branca. Na comarca do rio das Mortes os sertões eram para os moradores das vilas de São José e São João del Rei, os cerrados do alto São Francisco e as picadas de Goiás, como então se nomeiam as terras localizadas no caminho que levava para Vila Boa de Goiás (RODRIGUES, 2003, p. 255-56).

Entretanto, importante nas análises do autor são as formas como são qualificadas áreas sertanejas, pois em geral são consideradas locais de bárbaros, indígenas antropofágicos, habitação de monstros, de odores que exalavam hálitos pestilentos, de rios de sombrias margens e, após as descobertas minerais, locais belos e dadivosos (André Rodrigues, 2003, p. 255).

Enfim, imagens ambivalentes de um sertão que perduram até os dias atuais, ou seja, quando há riquezas são áreas dadivosas e belas, quando não, o que prevalece na maioria das vezes, são áreas miseráveis, horrendas e violentas.

São contextos em que se intensificaram o desbravamento das terras ainda pouco habitadas em busca de riquezas várias, entre elas a dos metais preciosos. Momento, entre os

séculos XVII e XVIII, em que avultam as expedições para o interior do território e quando se define a região de *Minas Gerais*.

Esse contexto, de expedições e desbravamentos, é, muitas vezes, apresentado em livros didáticos sobre as atividades ligadas ao sertão da colônia. Mas as circunstâncias sociais, políticas, econômicas e ambientais ligadas ao desbravamento e destruição da Mata Atlântica, extermínio de povos nativos e a constituição de cidades no entorno das minas descobertas, sobretudo nas margens dos rios, são em geral esquecidas (João Stefani, 2016).

Responsável por grande parte do ouro e das pedras preciosas que adentraram países como Portugal e Inglaterra, a capitania das Minas Gerais elevou a Colônia ao sol do Velho Mundo, embora o comércio de metais preciosos conste, apenas, como o segundo lugar nas exportações brasileiras, estando em primeiro a exportação açucareira. Apesar de contar com terras férteis e grande oferta de matéria bruta para extração vegetal, em pouco tempo a economia exportadora, responsável por manter a metrópole portuguesa em prestígio europeu, entrou em decadência, seja pela alta oferta do produto ou por sua quase extinção, o que aconteceu, respectivamente, com o açúcar e o pau-brasil.

No período colonial, a relação dos colonos com os povos originários foi heterogênea. Enquanto algumas tribos indígenas guerreavam contra as armas portuguesas, outras formavam estreitos laços de parceria e amizade, responsáveis por serem guias nos desbravamentos de novas trilhas e caminhos que perpassassem as matas fechadas do interior brasileiro, crenças na sorte de descobrir metais preciosos como os vizinhos hispânicos nas suas colônias no sul e no centro da América.

Por causa dos problemas encontrados na exportação açucareira, houve então mais investimento em relação à mineração, mobilizando moradores e colonos para fundar residência em terras interioranas, assim como plantações para abastecer as cidades mineradoras.

Durante o período pré-colonial a região onde se formaria a capitania de Minas Gerais foi ocupada por indígenas Cataguases que, durante as expedições dos bandeirantes paulistas, foram mortos ou capturados. Todavia, ao passar em uma expedição que se dirigia à capitania do Rio de Janeiro, bandeirantes descobriram, com a ajuda de ferramentas simples e improvisadas, em um córrego, ouro, se valeu, então, de todos os esforços e mão de obra para descobrir e lavrar novas minas de metais preciosos no sertão, assim definindo o interior do Brasil.

SERTÃO , - f. m. o interior, o coração das terras, opõe-se ao marítimo, e costa v, g, *Cidade do Sertão*. § O Sertão toma-se por mato, longe da costa. § O Sertão da calma i. e. lugar onde ela é mais ardente. Lobo, metendo-se pelo Sertão da calma, que naquele tempo fazia (BLUTEAU, 1789, p. 396).

nome dado, no Brasil, a certas partes do território de algumas províncias pouco povoadas ou incultas, entre outras, aos termos do São Francisco, na Província de Minas Gerais. Os raros habitantes destes desertos são chamados sertanejos (FONSECA, 2011, p. 53-54).

Porém, como não havia sido uma região a receber atenção durante os anos de colonização pela Coroa portuguesa, os desbravadores que trabalhavam nas lavras precisavam voltar para a capitania de São Paulo de tempos em tempos, viagem que durava entre 40 a 50 dias, por motivos de falta de mantimentos, medicamentos entre outros suprimentos necessários.

A história de Minas começa a ganhar expressividade a partir de 1700, por consequência do crescimento de sua população, incentivado, principalmente, pela descoberta de ouro e diamante na região. No ano de 1709, com sede na Vila de Ribeirão do Carmo (atual Mariana), o Decreto Real cria a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro. Inicialmente, as povoações do efetivo território de Minas Gerais começavam a ocupação das terras sem o cuidado imediato de legalizá-las. Tal cuidado foi recomposto, posteriormente, por meio da Carta de Sesmaria. A descoberta do ouro atraiu muitas pessoas, gerando um grande fluxo migratório e aumentando, consideravelmente, o número de arraiais na capitania. Com o crescimento populacional nas imediações das terras de exploração do ouro, a Coroa Portuguesa sente a necessidade de controlar o Fisco, estabelecer a Justiça e tornar mais visível a face do rei (JURISP. MINEIRA, 2014, p. 17).

A capitania sofreu, inicialmente, com a repressão por parte dos governantes portugueses que procuravam evitar o contrabando de ouro e a revitalização na economia local, voltada para a mineração de pedras preciosas. No entanto, havia a “existência, desde os primeiros anos das Minas, de roças e paragens que se dedicavam à produção e escoamento de produtos agrícolas, pastoris e têxteis, direcionados ao abastecimento interno da capitania mineira” (RODRIGUES, 2003, p. 255).

Do mesmo modo, entendendo a relação *colônia-metrópole* que se configurava desde a época do “descobrimento” do Brasil, buscava-se manter o comércio exportador de matérias primas, enquanto importava da Metrópole portuguesa produtos manufaturados.

(...) se vamos à essência de nossa formação veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros (...) e em seguida café, para o comércio europeu (...) É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem de interesse daquele comércio, que se organizaram a sociedade e a economia brasileira (PRADO JR., 1997, p. 31-32 apud FLORENTINO; FRAGOSO, 2001, p. 26).

Com objetivo de lucro da Metrópole, a Coroa portuguesa exercia grande influência e fiscalização na abertura de estradas e vias de comunicação, tentando coibir o extravio de ouro e manter, dessa forma, o registro e o controle de mercadorias e pessoas na cobrança de impostos. Dessa forma, ao incorporar os sertões ao território explorado da colônia, buscavam conquistar o interior de modo a colonizá-lo, preservando e ampliando o domínio português (Rodrigues, 2003).

No entanto, mesmo com todas essas restrições e incentivos na economia mineradora, alguns pioneiros investiram na produção de gêneros voltados para o abastecimento, inicialmente em caráter interno, voltado para manter as cidades mineradoras juntamente com a população que dela dependia. Porém, posteriormente, principalmente após a vinda da Família Real portuguesa para o Brasil após as invasões Napoleônicas na Europa, essa produção de gêneros de primeira necessidade começou a ganhar espaço nas importações para o Rio de Janeiro, assim como relevância na política nacional, a partir comércios inter-regionais estabelecidos pelos tropeiros e moradores locais.

Os caminhos abastecedores do Rio de Janeiro no início do século XIX eram os mesmos caminhos que abasteceram as Minas do século XVIII. Foram criados sobre as picadas deixadas pelos índios, reaproveitadas pelos pioneiros, quase sempre sob estímulo das autoridades. Outras vezes, e contra a lei, diversas trilhas marginais foram abertas, fosse para encurtar caminhos, abreviar distâncias, fosse para fugir à ação opressora dos Regimes e Passagens, que cobravam pesados impostos sobre as mercadorias e metais preciosos que por aí veiculavam. [...] A legislação, por sinal, vinha sendo burlada por colonizadores e tropeiros em geral. Muitas das estradas que seriam oficializadas posteriormente tiveram origem em caminhos que, no contexto colonial, requeriam pesada punição das autoridades (LENHARO, 1979, p. 58-59).

A economia sul mineira, dessa forma, não girava apenas em torno de metais preciosos e, embora a fama da capitania tenha sido gerada a partir desse comércio externo para a Metrópole, a exportação de ouro e diamante está apenas em segundo lugar nas exportações brasileiras, estando em primeiro lugar o comércio açucareiro, que, após a decadência graças à grande oferta da região das Antilhas no mercado estrangeiro, se converteu para a exportação de gêneros alimentícios, foco de muitas capitanias e, principalmente, do sul de Minas Gerais.

Dessa forma, um local que, desde o princípio de sua existência, acumulava técnicas de agricultura e que desenvolvia plantações em terras férteis próximas aos rios, como aos arredores do rio Grande, passa de abastecedora de cidades mineradora próximas para mantenedora de um comércio externo e intercapitanias, ganhando relevância econômica e, conseqüentemente, política nas decisões governamentais das praças cariocas.

Forma-se assim, na primeira metade do século XIX, uma classe socioeconômica dominante regional e interprovincial no sul de Minas Gerais, caracterizada pelo poder de produzir e comercializar produtos de primeira necessidade no Brasil, com ampla penetração na corte brasileira, o Rio de Janeiro. Em síntese, uma classe que definirá as características agropecuárias do sul de Minas Gerais a partir de então.

Compuesta efectivamente de ganaderos, agricultores y comerciantes esta clase cultural se distingue en Brasil como de la región y emblema río Grande, entre 1808 y 1840, y los análisis toman en consideración tres condiciones fundamentales para su emergencia: primeramente, clase que emerge en función de su acceso al amplio mercado consumidor del Río de Janeiro; en segundo, debido a dos procesos interdependientes, uno es fruto de las condiciones socio-ambientales de la región, su diferencial constitución ambiental que proporciona un diferencial y un diversificado proceso de producción de géneros de consumo y, por otro, su inmersión, ahora, en la red mercantil del Río de Janeiro, o sea, debido al hecho de tener accesibilidad a la estricta red social que une hacenderos, comerciantes y financistas, asociación y restricción regional, provincial, nacional; en tercero, clase cultural que emerge debido a la estructuración de una red de transportes para sus productos, la que une estos propietarios locales a una red local, regional e interprovincial a través de los troperos (BARBOSA, 2006: 778).

Essa classe cultural e socioeconômica possibilita, por sua vez, compreender a definição da formação da sociedade mineira como aberta, diversificada, democrática e com certa igualdade de gênero em detrimento das demais regiões, visto que, a corrida do ouro e a busca pelo enriquecimento rompia com as regras excessivamente rígidas que comandavam o restante da colônia, que se via submersa em uma sociedade patriarcal, marcada pela submissão das mulheres às leis, principalmente religiosas, que administravam as vestimentas, comportamentos e pensamentos a serem tomadas por elas em âmbito social, embora possam ser vistas exceções (PRIORE; BASSANEZI, 2009).

sociedade que se estruturou sob o signo de aventura, na dependência da sorte. Os homens que procuravam as minas não tinham o código de ética comum: com o desejo de riqueza, na competição de fortes, argutos e ativos, os escrúpulos de toda ordem eram relegados. O êxito e a sobrevivência contavam (IGLÉSIAS, 1995, p. 72).

Ao longo dos anos, com o direcionamento das forças de trabalho para a agricultura, foi possível perceber um movimento de identificação com a terra onde plantavam e tiravam sua subsistência. Ao mesmo tempo, numa sociedade que se estruturou a partir da movimentação de pessoas para as áreas mineradoras, deixando as casas no comando de mulheres, há uma

continuação dessa “tradição” e do modelo organizacional que possibilita às mulheres das regiões interioranas de Minas Gerais certa autonomia e diversificação das forças de trabalho.

### **Comarca do Rio Verde: Territorialidade e Regionalização do sul de Minas**

Assim como ocorreu com a formação do restante de Minas Gerais, o sul de Minas foi explorado com foco de investimentos, por parte da Coroa, em decorrência da descoberta de ouro e pedras preciosas em seu território.

em 1674, Fernão Dias Pais Leme, atrás da “Serra das Esmeraldas”, parte de São Paulo por uma rota paralela ao Caminho Geral do Sertão [fundado por Matias Cardoso de Almeida em 1664]. Vencendo a Mantiqueira pelo sul de Minas, percorre o Espinhaço até atingir sítios nas proximidades de Itacambira. No entanto, até fins do século XVII, essas expedições paulistas não significaram, efetivamente, ocupação das terras interiores. [...] Algumas das bandeiras paulistas chegaram a estabelecer assentamentos de caráter menos provisório, fundando pequenos arraiais, fazendas e currais (STEFANI, 2016, p. 426).

Esse processo foi possibilitado porque até 1580 as porções de terra da América estavam divididas pelo Tratado de Tordesilhas entre a Coroa Espanhola e a Coroa Portuguesa. Porém, após esse período, com o sumiço do rei português, dom Sebastião, no mar, sem deixar herdeiros, o rei espanhol, Filipe II, reivindicou o trono instituindo a união das duas Coroas na União Ibérica (1580 - 1640). Dessa forma, já não havia a necessidade do Tratado de Tordesilhas continuar vigorando.

**Mapa 1 - Brasil em 1749: Mapa das Cortes**

**Fonte:** BNDigital

[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/art1004807/cart1004807.html](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/art1004807/cart1004807.html)

As linhas que delimitavam a parte portuguesa e a parte espanhola passavam pela região onde se encontra o sul de Minas e, com o fim do Tratado, as práticas exploratórias para a parte ocidente do continente cresceram, assim como o achado de minas para lavrar, a fixação de residências, criação de animais e plantações na região antes inexplorada e inabitada. O território mineiro se torna mais conhecido, deixando de ser visto como um lugar de feras nativas e passando a ser um lugar produtivo e lucrativo, merecendo investimentos da Coroa, assim como fiscalização intensa por parte da mesma (Stefani, 2016).

“No território até então habitado por indígenas passaram a viver pessoas das mais diversas origens e procedências” (RODRIGUES, 2003, p. 254). Para suprir as necessidades dessa nova população, surgem povoados próximos aos locais de mineração, do mesmo modo, em vistas de terras férteis nas redondezas, fazendas voltadas para o abastecimento dessas regiões mineradoras começam a ganhar forças.

Para abastecer essas aglomerações, desenvolveu-se uma intensa rede comercial, com produtos de primeira necessidade e artigos de luxo trazidos da região portuária do Rio de Janeiro e de outras capitânicas, como São Paulo, Bahia, Pernambuco e Rio Grande (do sul). Além da existência, desde os primeiros anos das Minas, de roças e paragens que se dedicavam à produção e escoamento de produtos agrícolas (alimentos e bebidas — notadamente aguardente), pastoris (bois, vacas e ovelhas) e

têxteis (tecidos grosseiros), direcionados ao abastecimento interno da capitania mineira (RODRIGUES, 2003, p. 255).

Em uma sequência de datas indica o nascimento do sul de Minas Gerais: Pouso Alto (1692), Baependi (1692), Aiuruoca (1694), Itajubá (1703), Caxambu (1711), Encruzilhada (1717), Carrancas (1720), Alagoa (1723), Serranos (1725), Santana do Capivari (1727), Conceição do Rio Verde (1732), Lavras (1729), Campanha (1732), Lambari (1737), São Gonçalo do Sapucaí (1737), Santa Catarina (1742), Santana do Sapucaí (1746), Ouro Fino (1748), Deserto Dourado (1749) e Volta Grande (1750) (LEFORT, s/d: 17-19).

A comarca do Rio das Mortes, com grande extensão territorial, acumulava grande representatividade política e econômica. No entanto, sua diversidade, seja na população, dos próprios habitantes, seja nas diversas e variadas atividades econômicas presentes em seu território, era propício ao surgimento de pequenas comunidades populacionais que se identificam entre si e com a terra que lavravam e produziam.

Esta comarca [Rio das Mortes] produzia muito ouro, mas hoje [1834] os habitantes dedicam-se especialmente à agricultura e à criação de gado e de porcos, favorecida pela proximidade da estrada do Rio de Janeiro (...) a comarca também fornece aos habitantes do Rio de Janeiro prodigiosa quantidade de toucinho e queijo, algodão, tecidos grosseiros, carneiros, cabras, açúcar, couro e também de tabaco, que é produzido do termo de Santa Maria de Baependi (SAINT-HILAIRE, 1834 apud FONSECA, 2011, p. 107).

Em pouco tempo, as linhas que delimitam cidades se reconfiguram, novas comunidades surgiram e o desejo de se ligarem a um território extrapolou essa vontade e se transformou em regionalismo, abraçaram a terra que os manteve e fez com que tivessem sobrevivência e sucesso.

O conceito de região tem sido recorrentemente debatido no âmbito das mais diversas disciplinas. (...) De certo modo, tem prevalecido a apreensão da região enquanto “processo de regionalização”. Nesse sentido, desde o incipiente século XIX, o sul mineiro já apresentava, em seu movimento diacrônico estrutural, novas dinâmicas e expressões caracterizadoras de sua base econômica, social, política e territorial. Portanto, em função dessa unidade entre movimento e estabilidade, parte-se do princípio de se reconhecer, em seu sentido histórico e geográfico, o sul mineiro como resultante de um processo de regionalização. Conforme Haesbaert (2010), regionalização como produção e conformação de um subespaço característico, identificável em suas particulares relações espaciais internas, em que, dinamicamente, descontinuidades (áreas desarticuladas) se mostram participantes do conjunto total sob articulação em cada momento histórico (STEFANI, 2016, p. 428).

Não só por proximidade se configuravam as linhas que delimitavam as vilas, arraiais e comarcas, mas as características culturais, sociais, históricas, econômicas, o meio de produção

e de sobrevivência que ali estava instalado. Dessa forma, muitas disputas por territórios se desenvolveram ao longo dos anos.

Um exemplo dessas disputas foi a luta entre São João del Rei, que fazia parte da Comarca do Rio das Mortes, e Campanha da Princesa, que compunha a Comarca do Rio Verde, por Lavras do Funil. Durante anos a fio as duas comarcas se revezaram com a “posse” do município. Para São João del Rei, que lutava pelo território e se preocupava com a perda de terras férteis e do comércio interno de produtos manufaturados, significava o fim do controle sobre uma área tão produtiva economicamente (Arquivo Histórico Ultramarino, ex. 115, doc. 36).

O processo de regionalização, segundo o Almanach sul Mineiro (1874), culminou na formação do sul de Minas Gerais por oito comarcas: Rio Verde, Jaguary, Sapucahy, Cabo Verde, Baependy, Três Pontas, Itajubá e Jacuhy, como mostra a Carta Cartográfica de 1874, a seguir, e que traz também a divisão entre a Capitania de São Paulo e a Capitania de Minas Gerais, que até 1720 era um só território, Capitania de São Paulo e Minas do Ouro.

Os municípios do sul de Minas têm em comum o plantio e a produção em elevada escala de gêneros alimentícios e de abastecimento em geral, como algodão, cana-de-açúcar, café, gado *vacuum*, gado *lanígero*, gado suíno, uva, toucinho e queijo. Dentre os povoados que mais aparecem como produtores de algum insumo, Lavras merece destaque e, talvez por isso, tenha representado uma disputa tão grande entre as duas comarcas citadas acima, uma vez que, tê-lo como pertencente à extensão de seu território, contribuía econômica e politicamente.

**Mapa 2** - Mapa de Campanha em 1789. 1ª Caracterização do território do sul de Minas Gerais



Fonte: DigitArq

<https://digitarq.ahu.arquivos.pt/viewer?id=1156007>

**Mapa 3:** Mapa Cartográfico das Comarcas do sul de Minas em 1749, 1765 e 1874



Fonte:

[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart208330/cart208330.html](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart208330/cart208330.html)

Assim como a produção de gêneros alimentícios, o sul de Minas também possuía em seu território pequenas fábricas de chapéus, tecidos, velas de cera, chá, pólvora, olarias, máquinas, sinos, fumo e cigarro, moinhos, engenhos, oficinas tipográficas, entre outras instalações que proporcionaram uma movimentação econômica variada e, a partir disso,

propiciavam certa liberdade para que também as mulheres pudessem se inserir no mercado de trabalho e em espaços públicos, como veremos a seguir.

### **Mulheres no Brasil, Minas Gerais e sul de Minas: Séculos XVIII-XIX**

As mulheres do passado, que viveram nos períodos colonial e imperial, são vistas, até os dias atuais, como o ideal de mãe e dona de casa, criadas desde a infância para assumirem papéis privados nos núcleos familiares patriarcais. Eram inerentes à vida pública, que seria, então, responsabilidade do marido.

a preocupação com o casamento das filhas moças foi uma constante. É verdade que muitas mulheres não se casaram, entre outras razões por dificuldades de encontrar parceiros à altura, problemas de herança e dote, mas tão logo passadas as “primeiras regras” (menstruação) e a mocinha fizesse corpo de mulher, os pais começavam a se preocupar com o futuro encaminhamento da jovem para o matrimônio. E assim a confecção de enxovais iniciada aos 12 anos de idade das meninas, com peças de linho mandadas bordar e guardadas em papel de seda em baús; os conselhos amigáveis da mãe experiente para que a moça tivesse um comportamento moderado e repleto de solicitude, “para poder casar”, inculcavam na vida feminina a noção da valorização da vida matrimonial e, ao mesmo tempo, imprimiam-lhe uma profunda angústia, caso ela não viesse a contrair casamento antes dos 25 anos de idade (PRIORE; BASSANEZI, 2009, p. 213-14).

Dessa forma, desde cedo as mulheres eram “adestradas” pela família, pela igreja e pela própria sociedade para seguirem e agirem conforme o ideal de perfeição imaginado por eles, assim também, reproduziam esses ideais, num efeito em cadeia, mantendo a relação de poder e dominância da população masculina.

As relações das mulheres com o poder inscrevem-se primeiramente no jogo de palavras. “Poder”, como muitos outros, é um termo polissêmico. No singular, ele tem uma conotação política e designa basicamente a figura central, cardeal do Estado, que comumente se supõe masculina. No plural, ele se estilhaça em fragmentos múltiplos, equivalente a “influências” difusas e periféricas, em que as mulheres têm sua grande parcela. Se elas não têm o poder, as mulheres têm, diz-se, poderes. No Ocidente contemporâneo, elas investem no privado, no familiar e mesmo no social, na sociedade civil. Reinam no imaginário dos homens, preenchem suas noites e ocupam seus sonhos. “Somos mais do que a sua metade; somos a vida que vocês passam para seu sono; e pretendem vocês dispor o plano dos seus sonhos”, declara uma heroína de romance, nesse século XIX que, mais do que qualquer outro, celebrou a Musa e a Madona (PERROT, 1988, p. 167).

As porções de terra do Brasil sempre foram extensas, cada lugar seguia ordens e regras normativas diferentes, de acordo com o ideal de civilização presente naquele espaço. Em

relatos de viajantes, como avalia Francisco Iglésias (1995), é possível perceber os múltiplos “Brasis” existentes, ou até mesmo as variadas formas de agir dentro de uma própria capitania.

Enquanto nos centros urbanos as mulheres e a sociedade em si se esforçavam para reproduzir o padrão europeu, com suas roupas pesadas e recatadas, assim como no modo de agir e de se portarem, no interior, dando destaque para as regiões mineradoras da capitania mineira, a diversidade de povos numa sociedade pautada pelo desenvolvimento agrícola e pela corrida na busca pelo enriquecimento, as preocupações eram outras, desconstruindo, de certo modo, as aparências.

Sociedade [sul de Minas] menos estratificada, mais aberta, seria a causa da maior democratização. O comum era a agricultura exportadora, baseada no trinômio monocultura, latifúndio e escravidão - rígida nas suas formas, estável em seu modo de ser. Supõe sociedade estratificada, com seus extremos de senhores e escravos, com mínima possibilidade de grupos intermédios. Já a economia mineratória gera sociedade aberta, pois é feita sob o signo de aventureira (IGLÉSIAS, 1995, p. 71-72).

Minas Gerais conheceu então uma sociedade diversificada, democrática e com certa igualdade de gênero. Enquanto isso, o restante do país se via submerso em uma sociedade patriarcal, marcada pela submissão das mulheres às leis, principalmente religiosas, que administravam as vestimentas, comportamentos e pensamentos a serem tomadas por elas em âmbito social, embora possam ser vistas exceções (PRIORE; BASSANEZI, 2009).

A atuação das mulheres motivou dores de cabeça constante às autoridades locais, embora todos reconhecessem sua função vital para o precário abastecimento daquela população espalhada por vilas e catas de ouro, pelos rios e montanhas da região (PRIORE; BASSANEZI, 2009, p. 144).

À medida que o século XVIII avançava nas Minas Gerais, a participação da mulher em posições visíveis nos diferentes âmbitos da sociedade crescia. Movimentando a economia, abrindo espaço para vendas, para o comércio e para o desenvolvimento mercantil, gerando empregos, ocupando cargos de administração das fazendas, casas e fogos familiares (Furtado, 2001).

No entanto, o poder decisório feminino e sua atuação na sociedade de forma pública se dá em uma reprodução do papel masculino, ou seja, quando a mulher ocupa o espaço que, geralmente, é ocupado por um homem ou, como veremos a seguir, quando a mulher reivindica atitudes que devem ser tomadas de acordo com o ideal de perfeição reproduzido pelos padrões da época.

Apesar disso, a ocupação dos espaços públicos e de cargos de poder ocorrerão graças à lutas, uma vez que, naquela época, as mulheres não deveriam ter contato com educação,

monetária ou política, mas sim aprender o básico para administrarem a casa, cuidar dos filhos, enfim, para serem uma boa esposa.

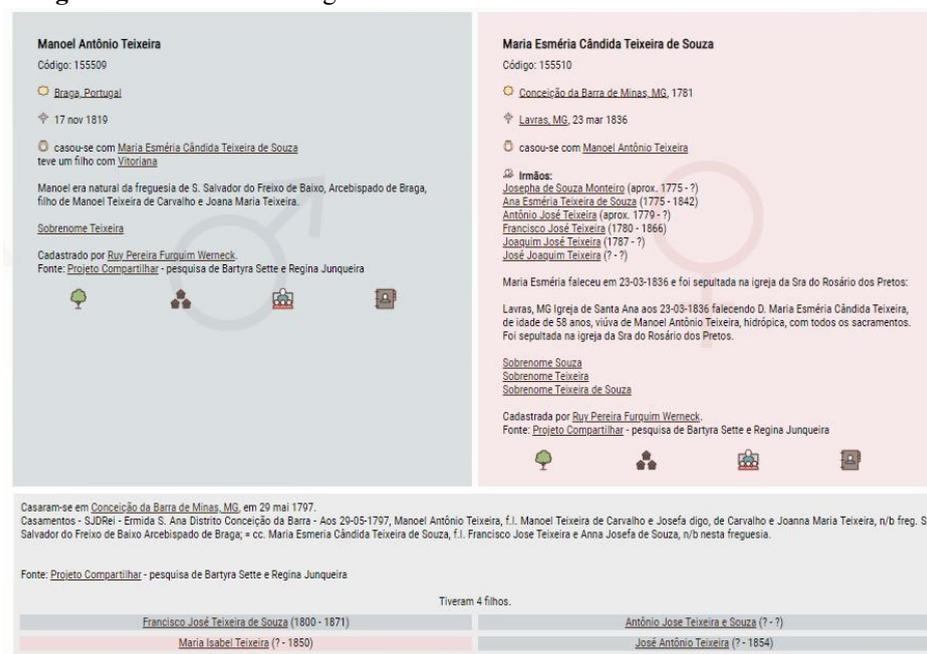
Quebrando estereótipos, veremos nos próximos tópicos que mulheres como Dona Maria Esméria e Dona Senhorinha se apropriaram da educação matemática e letrada, administraram bens e foram capazes de expor seus pensamentos acerca dos acontecimentos econômicos, sociais e políticos de onde estavam inseridas. Assim também, Dona Maria Florinda se valeu dos recursos que pode, das brechas na lei e das disputas descentralizadas do período regencial para conseguir triunfo contra seu marido, sendo, provavelmente, uma das primeiras mulheres a conseguir o divórcio cível no mundo.

## **CAPÍTULO 2**

### **DONA MARIA ESMÉRIA: CHEFE DE FAMÍLIA E DE NEGÓCIOS NO sul DE MINAS**

Dona Maria Esméria Cândida Teixeira de Souza, filha de Francisco José Teixeira e de Anna Josepha de Souza Monteiro, nasceu no ano de 1781 em um pequeno município do sul de Minas Gerais, Conceição da Barra de Minas, região que no início do século XVIII foi desbravada pelo Bandeirante paulista Fernão Dias. Casou-se com o Coronel e Capitão-mor Manoel Antônio Teixeira, natural da freguesia de São Salvador do Freixo de Baixo, Arcebispado de Braga, Portugal, que veio para o Brasil e fixou moradia em Lavras e onde faleceu no dia 17 de novembro de 1819, deixando, aos 38 anos, Dona Maria Esméria viúva e responsável pelos bens da família.

**Figura 1** - Árvore Genealógica de Maria Esméria e do coronel-mor Manoel Teixeira



**Fonte:** GeneaMinas

<https://www.geneaminas.com.br/genealogia-mineira/restrita/enlace.asp?codenlace=1356534>

Nesse contexto, Dona Maria Esméria, em estado de viuvez, ocupa um espaço antes pertencente ao homem, seu marido. Sem uma figura masculina para falar por ela, em uma posição de destaque economicamente, ela se insere como figura pública na sociedade sul mineira da época.

## **Dona Maria Esméria e a Cultura Letrada**

Dona Maria Esméria quebra os padrões da época ao assumir responsabilidades para além daquelas para as quais foi criada e educada. Assim também, ao gerir os negócios da

família - bens, fazendas e empréstimos -, revolucionava o modo como as mulheres são percebidas na sociedade, o que devem aprender, saber e executar.

a história tradicional oferece uma visão de cima, no sentido de que tem sempre se concentrado nos grandes feitos dos grandes homens, estadistas, generais ou ocasionalmente eclesiásticos. Ao resto da humanidade foi destinado um papel secundário no drama da história (BURKE, 1992, p. 12).

Enfim, a história registra, de forma geral, a vida e os feitos dos homens. Porém, “a existência dessa regra é revelada pelas reações a sua transgressão” (BURKE, 1992, p. 12). No período estudado, nos séculos XVIII e XIX, podemos observar práticas da população, em locais anteriormente considerados sertões, que revelam mudanças comportamentais femininas perante o modelo social patriarcal.

Tendo como suporte de pesquisa relatos de viajantes europeus para a região do sul de Minas, documentos e recortes de jornais de época, foi possível desvendar a significação social, a organização socioeconômica, a disposição de riqueza das famílias e os níveis de influências (RABELO; ESPULDARO; BARBOSA, 2018).

Dona Maria Esméria fazia parte da elite de Lavras entre o fim do século XVIII e XIX, já ocupava, dessa forma, uma posição privilegiada e de destaque dentro da sociedade. No entanto, mesmo com todas as “regalias” dadas ao ocupar a alta sociedade sul mineira, ela ainda era uma mulher e, portanto, inferior aos homens e não pertencente aos poderes de decisão.

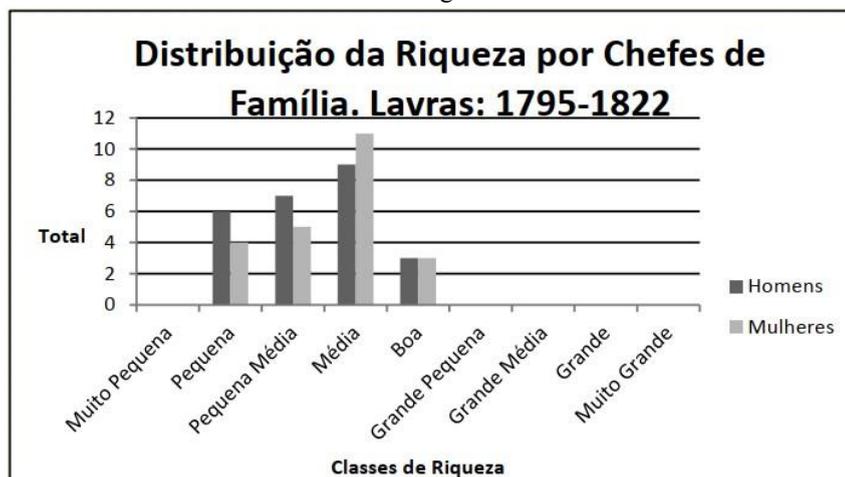
Porém, mesmo assim, podemos perceber que, ao assumir as tarefas administrativas antes delegadas ao marido, é possível destacar uma mulher letrada, resistente à opressão e focada na emancipação feminina por meio do acesso à educação, em lugares públicos e administrativos que estava além das tarefas originalmente dadas às mulheres na época.

A família de Dona Maria Esméria estava presente nessas atividades que requeriam especializações gerenciais, destacando o acesso à leitura e à escrita, à contabilidade e ao relacionamento social amplo, uma vez que o casal possuía uma série volumosa de dívidas ativas. Isso quer dizer que um conjunto de habitantes de Lavras contraía empréstimos à sua família e assim lhe exigia específico controle contábil em livros próprios. Em relação ao acesso à leitura e à escrita é revelador, a partir do inventário dessa família, a circulação do conhecimento no sul de Minas, pois nele é destacada a presença de obras religiosas, literárias, políticas e gramaticais, enfim, cultura intelectual que seguramente diferenciava Dona Maria Esméria na Lavras Colonial (RABELO; ESPULDARO; BARBOSA, 2018, p. 117-18).

De forma inédita ao ser comparado com o restante da sociedade colonial no Brasil, o sul de Minas Gerais apresentava então, especificidades geradas pela economia, advindas

desde o início de sua povoação, onde as mulheres vivenciavam mais liberdade, assumindo a direção dos lares e das fontes de renda da família, trazendo para a região certa igualdade e democracia.

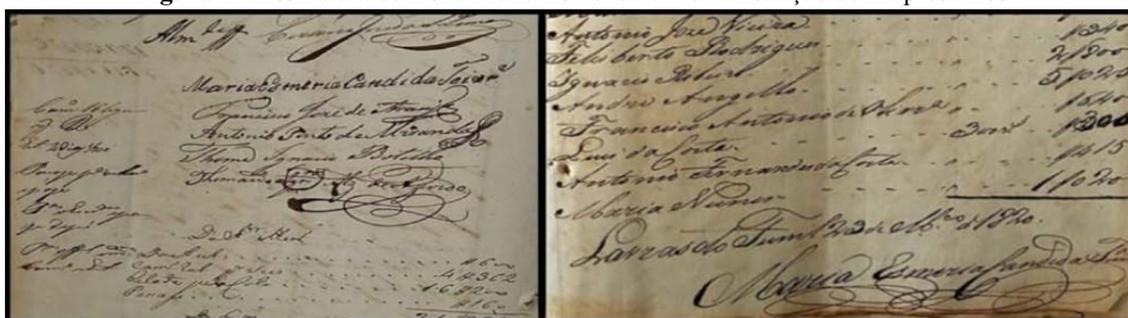
**Gráfico 1** - Riqueza das Mulheres de fogos em comparação com a de homens chefe de fogos



Fonte: Arquivo Público Mineiro (APM)

A partir desses documentos é possível comprovar o conhecimento linguístico e matemático que não apenas Dona Maria Esméria possuía, mas também, outras mulheres do sul de Minas, presentes em âmbito social, na movimentação da economia e no conhecimento de técnicas empreendedoras a partir da confecção de manufaturados.

**Figura 2** - Assinatura de Dona Maria Esméria na Administração de Empréstimos



Fonte: Inventário Post-Mortem do Capitão-Mor Manoel Antônio Teixeira. Centro da Memória Cultural do sul de Minas: CEMEC-SM. UEMG/Campanha

## Dona Maria Esméria e a Economia sul Mineira

De forma geral, Minas Gerais é sempre lembrada como a capitania do ouro, que fez crescer a Colônia após a escassez de extração vegetal do pau-brasil e da exportação

açucareira. No entanto, como já visto nos tópicos anteriores, juntamente com a atividade mineradora, a agropecuária se desenvolveu, inicialmente para subsistência, mas, posteriormente, com a exportação de excedentes para a corte. Dessa forma, o sul de Minas aparece com uma classe social emergente em âmbito regional e nacional.

Ao ser um importante exportador de produtos de gêneros alimentícios para a Corte, a região sul mineira também consegue representatividade política nas praças cariocas, mexendo com a organização interna das cidades locais, assim como com a vida das pessoas.

A economia se divide de forma quase igualitária nas classes sociais intermediárias, não apenas os grandes proprietários de terra se encontram em ascensão econômica, mas também um equilíbrio sócio-econômico em todas as classes sociais.

**Gráfico 2 - Distribuição de Riqueza em Lavras**



Fonte: Arquivo Público Mineiro (APM)

Dessa forma, também as mulheres, em certa igualdade de gênero, ocupam espaços de prestígio econômico e social. Trazendo para o sul de Minas uma variedade empregatícia, advinda de mulheres relacionadas a pequenas “fábricas” de tecidos, domínio de técnicas, estudos em procedimentos e administração dos materiais e produtos, assim como na movimentação geral monetária, de compra e venda. Numa rede que se diferenciava da formação agrícola da população masculina, mas que, de certa forma, também se beneficiava da ascensão obtida graças à exportação de gêneros alimentícios, provenientes da pecuária.

As mulheres não apenas ocuparam esses espaços, mas também, batalharam por eles, tentando ultrapassar a lógica patriarcal, mesmo que, no entanto, só conseguissem essas conquistas, ao se colocarem no lugar, anteriormente masculino.

**CAPÍTULO 3**  
**DONA MARIA FLORINDA: RESISTÊNCIA FEMININA E IDENTIDADE**  
**ECONÔMICA REGIONAL**

No ano de 1836, Dona Maria Florinda de Mendonça, em Três Pontas, sul de Minas Gerais, se tornou, provavelmente, uma das primeiras mulheres no Brasil e no mundo a conseguir um divórcio no civil. Até então, a Igreja tinha muito poder de interferência nas decisões do Estado, ainda mais quando se tratava de questões matrimoniais, sob jurisdição do Concílio de Trento e das Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia.

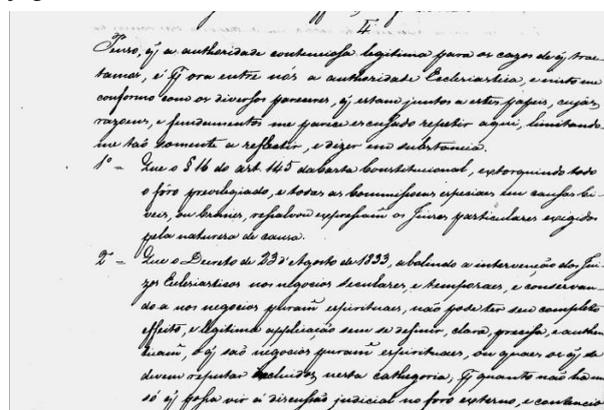
Até o ano de 1977, quem casava, permanecia com um vínculo jurídico para o resto da vida. Caso a convivência fosse insuportável, poderia ser pedido o ‘desquite’, que interrompia com os deveres conjugais e terminava com a sociedade conjugal. Significava que os bens eram partilhados, acabava a convivência sob o mesmo teto, mas nenhum dos dois poderia recomeçar sua vida ao lado de outra pessoa cercado da proteção jurídica do casamento (IBDFAM, 2010).

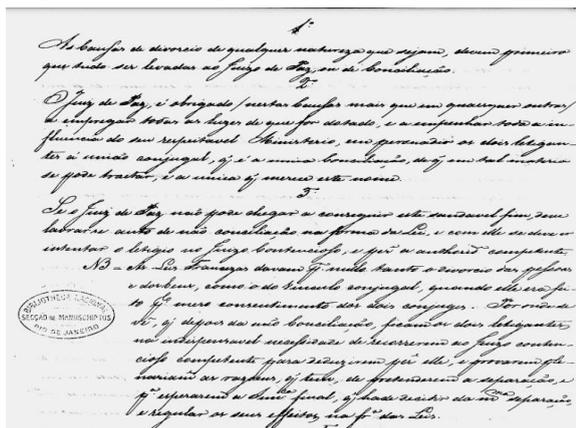
O primeiro Código Civil brasileiro, conhecido como *Código Beviláqua*, foi instituído em 1916 pela Lei nº 3.071, até a presente data as leis que vigoravam no território eram as implantadas pelo governo português no período colonial, continuando na Independência, quando o Brasil se torna um Império, em 1822. Portanto, anteriormente a isso, o Brasil vivia um Regime de Padroado, ou seja, todo registro civil era controlado pela Igreja: nascimento, matrimônio, morte; circunstâncias reafirmadas nos documentos das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia de 1707.

No entanto, aproveitando-se do momento político e histórico da época, da descentralização do poder causada pelo Período Regencial - em que os coronéis, proprietários de terra, principalmente do sul de Minas, responsáveis pelo abastecimento e manutenção dos mercados cariocas ganham mais autonomia nas decisões do Estado - há resistência acerca desse cenário.

Já no início do século XIX, discussões acerca dos Divórcios do Vínculo Conjugal aparecem no domínio português. O excelentíssimo bispo conde frei Francisco de São Luís, num documento de 1835, dá suas opiniões sobre conciliações em casos de divórcio, sua movimentação a respeito do andamento de pedidos de divórcio no civil, nos territórios pertencentes à Coroa portuguesa, a partir desse período, mostram preocupação acerca da perda de domínio da Igreja Católica acerca de assuntos civis.

**Figura 3** - Opiniões do excelentíssimo bispo conde frei Francisco de São Luís sobre Divórcios do Vínculo Conjugal





Fonte: BNDigital

A partir dos pontos abordados em discussão no documento manuscrito pelo bispo conde frei Francisco Luís, é possível perceber que a Igreja perde um pouco de sua influência nas decisões políticas. Dessa forma, com a abertura de brechas na lei e no próprio imaginário de ideal da sociedade, prioritariamente conjugal dado o estudo, Dona Maria Florinda consegue a abertura de um processo de divórcio no civil, perante seu marido, José Joaquim da Silva Borges, que não cumpria com os deveres maritais e com o resguardo da instituição familiar.

### Dona Maria Florinda e o Divórcio no Civil

Na Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia, obra redigida pelo Arcebispo Dom Sebastião Monteiro da Vide, escrita no início do século XVIII, há certo confronto entre os ideais pregados pela Igreja Católica - que deveria ter sua doutrina seguida, uma vez que o Brasil era uma nação católica - e os avanços provenientes do governo na evolução das leis e códigos que regiam a população. Dessa forma, para o Arcebispo, a Igreja também deveria se adequar às circunstâncias do tempo em que estavam vivendo. No entanto, algumas coisas não deveriam mudar.

Dentre os muitos “Títulos” presentes nos Cinco Livros em que se distribui as Constituições, há pontos específicos sobre o Sacramento do Sagrado Matrimônio. Neles estão presentes instruções que a Igreja Católica considerava indispensáveis para se ter um bom casamento perante à sociedade. Uma delas, acreditar que o casamento era “um vínculo perpétuo, indissolúvel, entre o homem e a mulher” (p. 107); comparado à união de Jesus Cristo à Igreja Católica.

o vínculo do Matrimônio consumado pela cópula carnal é totalmente indissolúvel, por ser significativo da união de Cristo Senhor nosso com sua Igreja, de sorte, que por nem uma outra causa se pode dissolver, que pela morte de um dos casados. [...] Porém, se pode em alguns casos dissolver (p. 126).

O documento cita alguns pontos importantes sobre a dissolução da união matrimonial, dentre eles alguns que podem ter sido vistos por Dona Maria Florinda como brechas, a fim de conseguir seu divórcio, a guarda dos filhos e dos bens.

312. A outra causa de separação perpétua é a fornicção culpável de qualquer gênero, em qual algum dos casados se deixa cair ainda por uma vez só, cometendo adultério carnal ao outro. Pelo que se a mulher cometer este adultério ao marido, ou o marido à mulher, por esta causa se poderão apartar para sempre, quanto ao outro, e mutua coabitação. E se o adultério for tão público, e notório, que de nem uma maneira se possa encobrir, poderá o que padeceu, ainda por autoridade própria, separar-se, sem para isso ser necessária sentença; e separando-se não será obrigado a se restituir ao que o cometeu, nem este se poderá dizer esbulhado para efeito de ser restituído à posse, que tinha antes, da coabitação, e uso matrimonial.

[...]

316. Além das sobreditas causas há outra temporal, pela qual os casados se podem separar, a saber, as sevícias graves, e culpáveis, que um deles comete. [...] se algum deles com ódio capital tratar tão mal ao outro, que vivendo junto corra perigo sua vida, ou padeça moléstia grave, se possa este justamente separar, e se o tal perigo for iminente, de sorte que havendo dilação se possa seguir, se poderá separar ainda por autoridade própria, e não será restituído ao outro, ainda que ele o pretenda. (p. 128-29)

Dona Maria Florinda pode ter se agarrado a esses pontos das Constituições do Arcebispado da Bahia para conseguir se separar de seu marido, este que gastava todos os seus bens, inclusive o dinheiro proveniente do dote pago à ele pela família dela, com compras desregradadas.

No documento de abertura do processo cível, Dona Maria Florinda de Mendonça, apresentou as seguintes justificativas para requerer do divórcio:

“1. Porque a autora Dona Maria de Mendonça é filha legítima de João Furtado de Mendonça e de sua mulher Dona Ignacia Maria de Souza; 2. Porque a mesma autora se casou em face da Igreja com o réu José Joaquim da Silva Borges, sendo ainda de tenra idade e para seu dote levou os bens que lhe couberam em legítima partilha e mais duas mulatinhas que lhe deu sua mãe, uma de nome Marianna, e outra Vitória; 3. Porque tendo o réu tão suficiente o princípio do dote, e licença que recebeu para se empregar no exercício da lavoura, plantando e criando a fim de estabelecer a sua fortuna por meio de indústria e trabalho, desgraçadamente abandonou as proporções de fazer feliz a autora e seus dois filhos de legítimo matrimônio. Pois que; 4. Porque o réu se tem inteiramente entregado às mãos da imperícia, ociosidade, deixando de cumprir com os sagrados deveres de bom esposo, e de bom pai, e não se lhe importando com o aumento da casa e deixando de promover os interesses em que cuidam com maior desvelo todos os agricultores; 5. Porque além deste criminoso desleixo, tem tratado o réu de negócios opostos, e avessos, ao seu gênero e profissão, comprando a torto e à direito, fazendas e gêneros de que não necessita, por preços exorbitantes estipulando avultados prêmios, que não poderá satisfazer

sem sacrificar dos bens de seu casal como dirão testemunhas; 6. Porque por tal motivo, tem o réu reduzido à um estado miserável e calamitoso os bens de seu casal, cavando com as suas próprias mãos a sua ruína, e perdição, promovendo o seu próprio desinteresse que reverte em grave dano da autora e seus inocentes filhos sacrificados à pobreza e miséria, que já se consideram desgraçados, quando a sorte lhe podia ser propícia se o réu, quando não pudesse aumentar seu patrimônio, ao menos o conservasse; 7. Porque para [o] cúmulo de maior desgraça tem o réu desprezado a amizade conjugal da autora olhando com indiferença para as suas naturais precisões, e decididamente lhe tem consagrado ódio, e desafeição, aborrecendo-a e desprezando os carinhos e ternuras da autora sua esposa; 8. Porque subindo de ponto o aborrecimento do réu para com a autora, que jamais o desgostou em tempo algum, porque nunca abusou da confiança do tálamo em despeito da fé, e lealdade, portando-se como mulher e mais virtuosa, ele protestou fazer lhe hostilidades e tirar-lhe a vida, e vender os bens do casal. Escrevendo-se; 9. Porque o réu há um ano, pouco mais ou menos, sem causa e nem motivo justo, tendo nas mãos uma espingarda com ela bateu fogo na autora e milagrosamente escapou por se retirar valentemente para a casa de sua mãe onde foi socorrida por muitas pessoas, e acautelada para não perder a vida; 10. [Pois que] e logo depois desse acontecimento, não contente o réu de haver posto em prática semelhante atentado contra a vida da autora, ainda, tomando de um camarada de nome Antônio Paulista uma faca com cabo de aço, quis com ela assassinar a mesma autora, o que não conseguiu por haver quem a tomasse e escondesse; 11. Pois que no dia 10 do mês de junho do corrente ano, chegando o réu de uma jornada às casas dos primos moradores vizinhos com maior desembaraço, e atrevimento protestou perante eles que com uma grande faca que possuía havia de matar a autora e pô-la limpa de bens. E de fato; 12. Porque é constante que o réu tem disposto de alguns bens e escravos e mesmo depois de ser citado para responder a presente ação, estando eles em ser poder e [comp a] da autora quando se retirou para a vila de São João del Rey onde supõe encontrar segurança contra os assaltos da tirania, e crueldades do mesmo réu com quem jamais pode viver em harmonia e tranquilidade; 13. Porque a autora é pessoa grave, e honesta de verdade, e consciência incapaz de propor pleitos injustos.”

Sendo assim, além de não estar cumprindo com os devidos papéis de esposo para dentro do lar, estava colocando em risco o patrimônio familiar, o futuro de Dona Florinda e seus dois filhos, seus abastecimentos, manutenção e fortuna. Além disso, o modo desleixado e desregrado que ele adotava, colocava sua esposa e família em foco de escândalo e olhares de julgamento perante a sociedade, assim como à miséria e riscos de vida.

O contexto do requerimento de divórcio de D. Maria Florinda na Comarca de Lavras, em 1836, ou seja, ação civil e não religiosa, parece ser mais abrangente, pois um ano antes, em 1835, uma consulta ao bispo Conde Frei Francisco de São Luís indica que havia um questionamento no mundo português sobre as prerrogativas da Igreja Católica em normatizar as uniões e separações conjugais.

Importante destacar que mesmo já sendo o Brasil independente, as leis portuguesas da época colonial ainda continuavam regendo a vida dos brasileiros (Luiz Delgado, 1974). Por exemplo, nosso primeiro código civil somente entrará em vigor em 1916, ou seja, quase cem anos após a independência, em 1822. Ademais, o Brasil continuou sendo um país oficialmente católico no regime de padroado, instalado desde o início da colonização, no século XVI, e

perdurando até 1889.

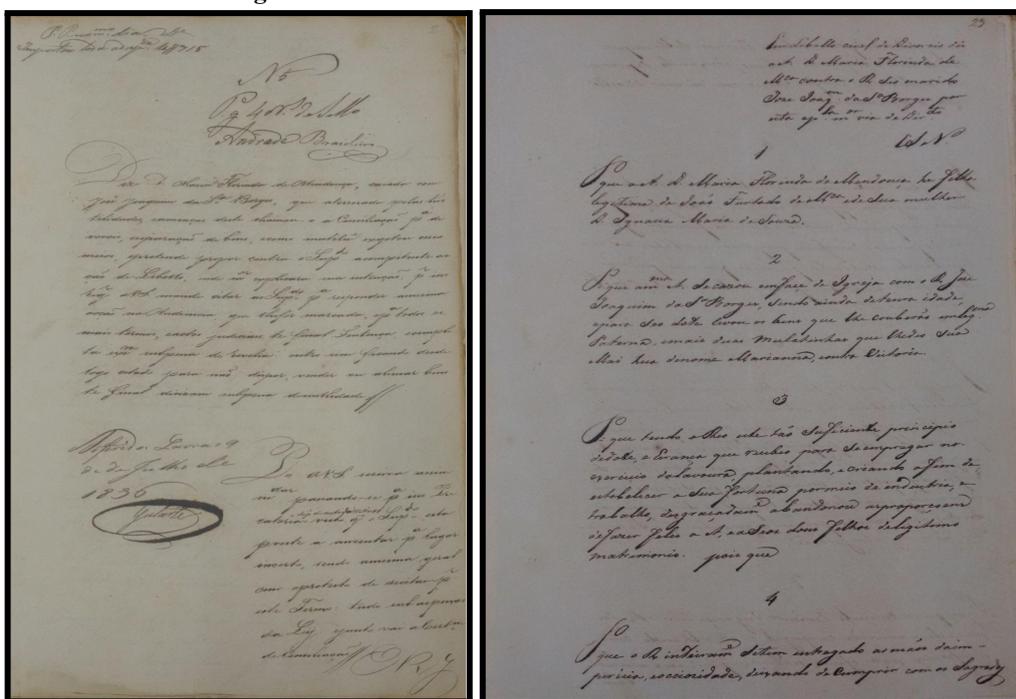
Estamos justamente no período Regencial brasileiro (1831-1840), época de descentralização política no Brasil e momento em que se inicia a normatização da vida civil, comercial e penal brasileira com o Código do Processo Criminal, com o Código Comercial e o Ato Adicional, respectivamente elaborados em 1832 e 1834.

Desta forma, pode-se supor que uma série de outros questionamentos relativos à permanência das leis portuguesas da época colonial regendo a vida dos brasileiros estavam na ordem do dia, ou seja, momento de construção da nação brasileira através de uma legislação nacional para afirmar a nacionalidade.

Em síntese, esse contexto devia estar presente na Comarca de Lavras e por isso foi possível D. Maria Florinda entrar com uma ação de divórcio no civil, contrariamente o que era determinado nas Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia.

Todavia, como estratégia de sucesso no pedido de divórcio no civil D. Maria Florinda utiliza argumentos constantes nas Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia, buscando a separação não apenas pelos termos eclesiásticos, mas também no civil.

**Figura 4 - Libelo Cível de Divórcio de Dona Maria Florinda**



**Fonte:** Centro da Memória Cultural do sul de Minas:  
CEMEC-SM

Dessa forma, alegando que José Joaquim era ocioso, desrespeitador, que lhe causava

desafeição e aborrecimentos, Dona Maria Florinda mostra resistência em relação à sociedade patriarcalista em que vivia. Numa época em que era comum, caso ocorresse a morte do marido, que bens e guarda dos filhos fossem designados para um parente masculino do marido, já que as mulheres não eram consideradas capazes de administrá-los, ela consegue, amparada pela Lei, separação no civil, independência pessoal e financeira (Hildete Melo, 2001).

Porém, após a vitória de Dona Maria Florinda de Mendonça sobre o caso e sua entrada no poder judicial para conseguir a separação e o direito aos bens, assim como de outros acontecimentos semelhantes espalhados pelo domínio português - uma vez que, apesar de União Independente, o Brasil seguia o regimento de Portugal - a Igreja fortifica seu poder absolutista acerca de assuntos que envolvessem os sacramentos sagrados. Sendo assim, apenas quase um século depois, uma lei que autorizava o divórcio passou a vigorar no país.

Porque as causas que se movem sobre os desposórios de futuro, e Matrimônio de presente, e sua validade, e invalidade, e divórcio são árduas, e de muito prejuízo, e importância, por tanto o direito e Sagrado Concílio Tridentino as reservou ao juízo Episcopal. Pelo que conformando-nos com sua disposição, mandamos, que em nosso Arcebispado conheça somente delas o nosso Vigário Geral, e nem um outro Vigário, salvo por especial comissão nossa, e procederá nelas muito atentamente, e com grande circunspeção, conformando-se com o direito, e Sagrado Concílio Tridentino (p. 131).

### **Mulheres chefes de Fogo**

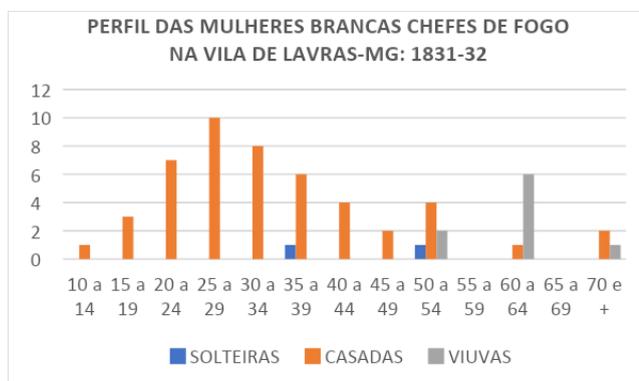
Nesses contextos, Dona Maria Esméria e Dona Maria Florinda, se tornam mulheres chefes de fogos - entende-se por “fogos” um núcleo familiar composto por pais, filhos e demais agregados, como escravos e/ou dependentes do chefe da família.

Tendo em vista a estrutura social do sul de Minas Gerais, composta por economia aventureira advinda das lavras de ouro, assim como da agricultura de abastecimento que levava homens, os tropeiros, a transportar os gêneros alimentícios em longas viagens para cidades e vilas distantes, assim como para outras capitânicas, as mulheres já tinham certa liberdade administrativa.

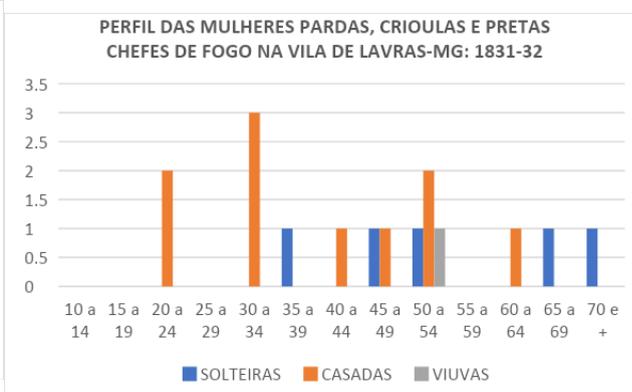
Assim sendo, listas nominativas da vila de Lavras, Minas Gerais, dos anos de 1831 e 1832, corroboram com esses dados ao evidenciar o número de fogos chefiados por mulheres, além de notabilizar suas funções econômicas na geração de empregos, formação profissional e cooperativa, assim como relações comerciais ao encontrar um meio final para os produtos

fabricados por elas.

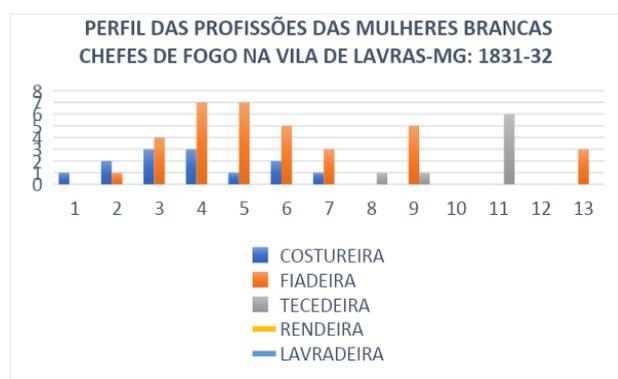
**Gráfico 3 - Estado Civil e Profissões das Mulheres Brancas, Pardas, Crioulas e Pretas Chefes de Fogos em Lavras - MG**



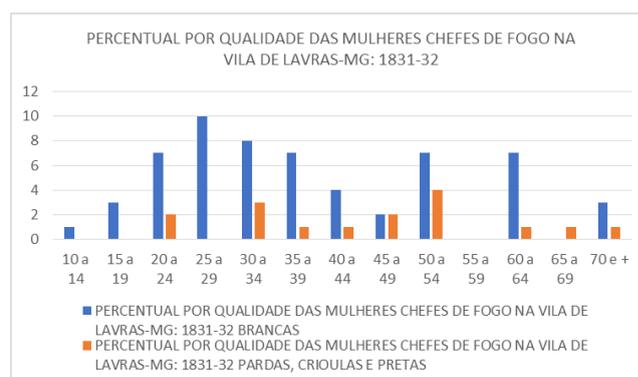
(A)



(C)



(D)



**Fonte:** Arquivo Público Mineiro (APM)

[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/mapas\\_populacao\\_docs/viewcat.php?cid=456](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/mapas_populacao_docs/viewcat.php?cid=456)

A partir desses dados é possível entender a complexa rede econômica formada pelas mulheres. Com profissões diversificadas quando comparadas às dos homens, em sua maioria agricultores e trabalhadores da terra, as mulheres, com efeito em cadeia, constroem uma malha de diversas etapas na produção de tecidos, proporcionando sustento dos fogos, os quais elas eram responsáveis, independência financeira e participação ativa na sociedade.

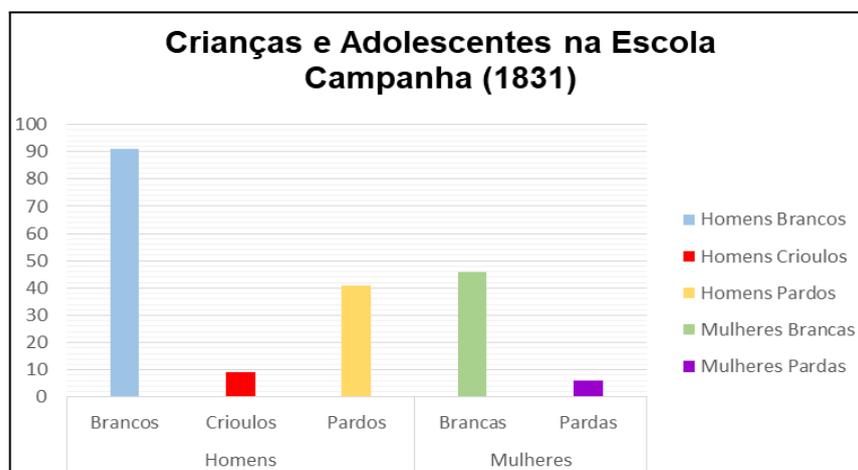
## DONA “SENHORINHA”: EDUCAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA IMPRENSA

Assim como a instrução monetária de Dona Maria Esméria e a judicial e política de Dona Maria Florinda, que expõe outro olhar sobre a história de resistência e representatividade das mulheres no passado, também Dona Senhorinha reflete o outro lado da educação feminina na região, ao contrário do imaginário comum de que, a elas, apenas se ensinava a bordar, costurar e cuidar do lar.

Dona Francisca Senhorinha da Motta Diniz, filha de Eduardo Gonçalves da Motta Ramos e Gertrudes Alves de Mello Ramos, nasceu em São João del-Rei, Minas Gerais. Mudou-se para Campanha da Princesa, cidade do sul de Minas Gerais, que cresceu no cenário político e econômico da região após a decadência do ouro e foi uma das primeiras cidades que interiorizou a imprensa na província, assim como Varginha e Três Corações. Casou-se com o advogado José Joaquim da Silva Diniz, que também exercia a função de tipógrafo e jornalista, sendo proprietário do jornal "O Mornarchista", com quem teve duas filhas: Elisa e Albertina Diniz. Dedicada à educação, tornou-se a primeira professora da primeira Escola Normal na cidade de Campanha, chamava atenção nas páginas de seu jornal, seu desejo pela instrução e o conhecimento (DICIONÁRIO DAS MULHERES DO BRASIL, 2000, p. 246).

Seu desejo pela instrução e conhecimento mostram a participação das mulheres na sociedade letrada, além de confirmar os espaços públicos em que elas poderiam se inserir ao frequentarem escolas e nelas desenvolverem conteúdos e práticas educacionais para sua formação pessoal e profissional.

**Gráfico 4 - Crianças e Adolescentes em idade escolar na Escola, Campanha (1831)**



**Fonte: CEDEPLAR/UFMG**

De acordo com a classe social, as mulheres recebiam instrução em casa, muitas delas, pertencentes à elite, eram letradas por tutores particulares que as ensinavam em variadas ciências, artes e conteúdos. No entanto, ao contrário do que se imaginava na História da Educação, muitas meninas, de classes sociais inferiores, de acordo com listas nominativas do início do século XIX de cidades do sul de Minas Gerais, frequentavam escolas regulares, até mesmo juntamente com meninos.

Em sua trajetória, Dona Francisca Senhorinha da Motta Diniz, foi uma figura de participação e resistência nos âmbitos educacionais e políticos.

Iniciou-se no jornalismo colaborando com o semanário Estação, um jornal de modas mas sua mais importante contribuição para a imprensa feminina da época foi o semanário O Sexo Feminino, que começou a produzir em Campanha (MG) em 1873 e durou dois anos. No Rio de Janeiro, reeditou essa publicação de 1875 até 1890 – O Sexo Feminino, também semanal, continha informações sobre literatura e amenidades, acrescido de temas polêmicos como a Abolição da escravatura, o voto feminino e o movimento feminista em outros países. Após a proclamação da República, Francisca Senhorinha mudou o nome do jornal para O Quinze de Novembro do Sexo Feminino. O programa do jornal propunha a emancipação da mulher por meio da educação física, moral e intelectual. Ainda como jornalista, Francisca Senhorinha redigiu durante o ano de 1880 os semanários A Primavera, que circulou no Rio de Janeiro, e A Voz da Verdade. Com o auxílio de sua filha, Albertina da Mota Diniz, Francisca Senhorinha escreveu o romance de costumes A judia Rachel, editado no Rio de Janeiro em 1886 (DICIONÁRIO DAS MULHERES DO BRASIL, 2000, p. 246).

Além de expor a realidade dualística entre a verdade da posição e participação de mulheres e meninas na sociedade da época e na caminhada rumo à educação, Dona Senhorinha, se torna foco de representatividade na busca pela inserção da mulher na sociedade, tratando de assuntos relevantes na sociedade brasileira, como um todo, defendendo a importância de que as mulheres, como membros da sociedade, deveriam estar inseridas na esfera social, econômica e política e poderem opinar sobre esses âmbitos.

### **Dona “Senhorinha” e a Educação Feminina**

No imaginário popular e até mesmo nos âmbitos educacionais, graças a reprodução por gerações de que a história privilegia os homens, de forma androcêntrica, se cria a concepção de que as mulheres, por um longo período de tempo, foram educadas, apenas, para as funções privadas, domésticas.

Por isso, a mulher aparece como uma sombra, um apêndice, e até o começo do século XX seu mundo se restringia aos limites domésticos, sendo-lhe negada a

dimensão pública. Apesar das conquistas, em muitas partes do mundo ela ainda vive em condição subalterna (ARANHA, 1996, p. 19).

No entanto, quando olhamos para o modo como algumas sociedades, em vilas e arraiais do sul de Minas Gerais, se organizavam, visto que desde o início de sua formação histórica mostrava indícios de certa autonomia e independência para as mulheres, podemos ver avanços no quadro político-social, trazendo representatividade feminina em diversos níveis.

Na História da Educação vemos que, ao ocuparem uma posição social de elite, os filhos e filhas tinham o privilégio de educação em casa, tutores particulares que ensinavam diversos tipos de conhecimento, mas, mesmo assim, temos a concepção de que o ensino para os homens era diferenciado daquele feito para as mulheres, buscando apenas que elas fossem boas esposas e donas de casa, soubessem fazer listas de compras e educar os filhos nas leis de Deus, por exemplo.

No entanto, ao olharmos o inventário de Dona Maria Esméria nos tópicos anteriores, foi descoberto um grande acervo de livros em latim, assim como livros de educação matemática e monetária. Ou seja, a partir desses dados, é possível compreender que as mulheres estavam presentes no meio educacional de forma completa, diferente do que se imaginava inicialmente (Maria Lúcia Aranha, 1996).

De outro modo, a população feminina de classe média também tinha acesso à educação, visto que mulheres como Dona Senhorinha ocuparam espaços de representatividade. Sendo assim, além de ter tido acesso à alfabetização e ao letramento, ocupa um espaço público ao ser fundadora e redatora de um jornal feito por e para as mulheres, buscando conscientizá-las na luta pela inserção delas em vários âmbitos da sociedade, no poder de decisão, na política e na luta pela escolarização como direito.

### **Dona “Senhorinha” e a Representatividade Feminina na Imprensa**

O jornal “O Sexo Feminino”, segundo jornal fundado por mulheres no Brasil e o primeiro de Minas Gerais, teve sua primeira edição publicada em 1873 e trouxe como diferencial o fato de tratar de assuntos relevantes para as mulheres como parte de uma sociedade, voltados para a emancipação feminina, na defesa da educação e instrução delas.

Cinquenta e um anos após a Proclamação da Independência do Brasil, Francisca Senhorinha da Mota Diniz fundava “O Sexo Feminino: Semanário dedicado aos interesses da mulher”. A primeira edição publicada em 7 de setembro de 1873 invocava o marco histórico para enfatizar a harmonia entre “duas independências, a da Nação Brasileira e a da racional emancipação, educação e instrução da mulher”. Entre o simbólico grito do Ipiranga eternizado na pintura de Pedro Américo e as reivindicações de Francisca Senhorinha e seus pares, um conjunto de acontecimentos sobrepunham, rivalizavam e hierarquizavam projetos de nação para a edificação de nossa pátria tropical (COVA, 2021).

Diferentemente do “Jornal das Senhoras” (Rio de Janeiro, 1852), “O Sexo Feminino” não tratava de temas secundários como roupas da moda, por exemplo, mas buscava inserir as mulheres de forma efetiva nos diferentes níveis da sociedade em que “cabiam” suas participações e representatividades. Já em seu subtítulo diz ser um “semanário dedicado aos interesses da mulher”.

Em seu primeiro número o tema é de imediato *A educação da mulher*, na qual destacava a importância da educação integral das mulheres, não apenas práticas domésticas; a urgência de mulheres entendidas em assuntos diversos, como os negócios de família, para que quando se casassem não ficassem à mercê do marido, e que não mais fossem tratadas como mobília (RABELO; ESPULDARO; BARBOSA, 2018, p. 122).

Nas edições do jornal, Dona Senhorinha da Motta Diniz, assim como outras mulheres colaboradoras da redação, buscava escrever textos encorajadores, que orientava as mulheres do sul de Minas Gerais na busca pela emancipação, na luta contra a opressão exercida pelos maridos e pela própria sociedade patriarcal, assim como pela instrução por meio da educação, da frequência em escolas e na ocupação de cargos que exigiam maior escolaridade.

Figura 5 - 1ª edição do jornal “O Sexo Feminino” publicada em 1873 em Campanha



Fonte: BNDigital

<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=706868&pagfis=1>

Já na primeira folha da primeira edição mostrada na imagem acima (Figura 5), é possível perceber o modo como Dona Senhorinha da Motta Diniz reforça a importância da educação, e educação de qualidade, para as mulheres, quando escreve:

O século XIX, século das luzes, não se findará sem que os homens se convençam de que mais da metade dos males que os oprimem é devido ao descuido que eles têm tido da educação das mulheres, e ao falso suposto de pensarem que a mulher não passa de um *traste de casa*, grosseiro e brusco gracejo que infelizmente alguns indivíduos menos delicados ousam atirar a face da mulher, e o que é mais as vezes em plena sociedade familiar.

Assim sendo, durante o período de 1873 a 1889, passando de Campanha sede inicial da redação do jornal para o Rio de Janeiro, local para onde Dona Senhorinha se mudou, seus periódicos continuavam a reivindicar vários direitos na luta das mulheres, tanto na educação e letramento, quanto na importância que elas deveriam ter com relação aos negócios e aos próprios relacionamentos familiares.

Queremos nossa emancipação [...] queremos reaver nossos direitos perdidos; queremos a educação verdadeira que na se nos tem dado a fim de que possamos educar também nossos filhos; queremos a instrução pura para conhecermos nossos direitos [...] queremos conhecer os negócios de nosso casal, para bem administrarmos quando a isso formos obrigadas; queremos enfim saber o que fazemos, o porquê e pelo que das coisas; queremos se companheiras de nossos maridos, e não escravas; queremos saber o como se fazem os negócios fora de casa, só o que não queremos é continuar a viver enganadas (RABELO; ESPULDARO; BARBOSA, 2018, p. 123 apud 8ª edição jornal O Sexo Feminino, *O que queremos?*).

## CAPÍTULO 5

### MULHERES, EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E ECONOMIA INTERNA NO sul DE MINAS GERAIS

A realidade local que emerge nos documentos analisados até o momento destaca mulheres atuando em diferentes âmbitos, público e privado. Nesse recorte histórico das mulheres na *Longue Durée*, desde o nascimento de Minas Gerais até os dias atuais, a partir da entrada de elementos externos e de deslocamentos internos, tornou possível desconstruir leituras pré-concebidas sobre as mulheres do passado, em geral, compreendidas a partir da ordem patriarcal: recatadas, caladas e subjugadas.

Ao longo desta Monografia analisamos o modo como a sociedade mineira se desenvolveu, de forma aventureira e aberta, por conta da corrida do ouro. Assim também, a partir da povoação da capitania de Minas Gerais, a economia interna, de subsistência da região sul para as áreas auríferas, aos poucos, se tornou exportadora de gêneros alimentícios para outras cidades, regiões e capitanias, como foi o caso do Rio de Janeiro após a chegada da família Real portuguesa em 1808 e até mesmo antes.

Assim como a independência econômica e financeira fez com que a região sul mineira ganhasse destaque em caráter nacional, ganhando poder de decisão nas praças e na política, também proporcionou que a população se apropriasse do momento vivido e se organizasse de forma diferente da vista no restante da Colônia e, posteriormente, Império e República.

Dona Maria Esméria, Dona Maria Florinda e Dona Senhorinha são apenas alguns dos nomes de mulheres que ao investirem em lutas pelas reivindicações políticas, educacionais e judiciais, adentraram nas brechas da sociedade, ocuparam papéis de relevância na sociedade, esses que antes pertenciam aos homens, assim como abriram espaço para que outras mulheres se sentissem representadas, de modo a buscarem seus direitos.

Desse modo, de forma interligada, a formação e organização da sociedade sul mineira se relaciona intimamente com a luta das mulheres pela educação e pelo reconhecimento, assim como tem relação com o mercado interno e as transações monetárias, uma vez que, elas, as mulheres, marcaram presença no comércio e movimentação econômica da sociedade.

As mulheres inauguram, nas cidades do sul de Minas Gerais, maior autonomia, instrução e organização ao ocuparem cargos no comércio, como é o caso das mulheres chefes de fogos na freguesia de Lavras (1831-32). Diferentemente dos homens, em sua maioria agricultores e mineradores, as mulheres ocupavam uma variedade de emprego, como fiadeiras,

tecedeiras, rendeiras e costureiras e, a partir da renda proveniente das vendas, elas mantinham e sustentavam os fogos.

Quando Dona Senhorinha reforça nas edições do periódico “O Sexo Feminino” sobre a necessidade de que as mulheres sejam participantes ativas da vida pública, econômica, administrativa e política, e que isso só seria alcançado por meio da educação, é como se contasse a história de Dona Maria Esméria.

Não lhe sendo negada a educação que apenas era destinada aos homens, ao ser instruída no letramento linguístico e matemático, ela assume uma posição importante com a morte do marido. Numa época em que a sociedade patriarcal desconsiderava a capacidade das mulheres de assumir papéis administrativos, tanto relacionado à educação dos filhos, quanto ao gerenciamento do patrimônio, Dona Maria Esméria se impõe e expõe *o que as mulheres querem*.

Querem independência e liberdade, de expressão, de emancipação e de luta contra a opressão e a vergonha a que são submetidas pelos homens, maridos, irmãos ou pais. Querem conhecimento e voz para gritarem contra os abusos, os maus tratos, o descaso. Querem, assim como Dona Maria Florinda, poder de decisão, apoio da justiça, direito de sair de onde não são bem cuidadas, tratadas ou queridas.

Esses fatos, e muitos outros, contam a história da formação da cidade e da própria sociedade, da resistência e representatividade que gerou as regras de convivência, os valores, as lutas pelos direitos e a formação econômica, social e política das mulheres, de forma a ocuparem diferentes espaços, propagarem as realizações e educarem as futuras gerações na busca pela emancipação, visibilidade e reconhecimento.

No entanto, muitas pessoas continuam a reproduzir o falso ideal da sociedade patriarcal e de seus costumes nos séculos XVIII e XIX, assim como sobre as informações anteriores e posteriores a esse período.

Uma vez que a história é escrita pelos vencedores e, quase sempre, do ponto de vista dos homens, as mulheres e minorias são excluídas da memória e, assim também, seus feitos são encobertos, apagados e desconsiderados. Assim também, uma grande parte da identidade regional é esquecida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados estudados difundem uma releitura acerca da presença das mulheres na educação, na economia, na imprensa e na justiça da região do rio Grande, no sul de Minas Gerais, nos períodos colonial e imperial, desconstruindo um conjunto de visões de época, ações e maneiras de ser, pensar e agir dominadas pelo pai, senhor da família, justificadas pela igreja ou por específicos espaços sociais. Enfim, interpretação histórica que supervaloriza a figura masculina, colocando-a em posição de destaque e controle frente ao que as mulheres deveriam ser ou realizar, conformando ideais de perfeição para uso e abuso de marido, filhos, irmãos ou algum homem.

Dessa forma, ao dar maior destaque e relevância às mulheres que viveram e lutaram por seus direitos na região do Rio Grande em consonância com a história regional da grade do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais, há a possibilidade de despertar, sobretudo, o sentimento de regionalismo acerca da história que cerca a constituição histórico-social, econômica e política do lugar em que esses e essas estudantes vivem.

Logo, por meio do conhecimento com relação a história de mulheres que lutaram para serem ouvidas, há a descoberta de que elas superaram a opressão com relação aos lugares que deveriam ocupar na sociedade, foram capazes de quebrar paradigmas advindos de práticas culturais transmitidas ao longo dos séculos, se destacando em diferentes âmbitos, públicos e privados.

Dessa forma, ao destacarmos que os conteúdos da disciplina de História do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais são voltados para o reconhecimento da identidade cultural e memória do lugar onde as crianças moram, saindo do micro para o macro, os e as estudantes aprendem, inicialmente, sobre a história do lugar onde vivem para, posteriormente, viajarem pelo mundo por meio dos livros didáticos.

De modo geral, há o incentivo à pesquisas acerca do nome da rua onde cada criança mora, como e porquê foi escolhido, sobre a cidade, sobre as figuras históricas consideradas pela a população como responsáveis por marcos importantes e que tenham contribuído para avanços significativos em âmbito regional.

A BNCC de História no Ensino Fundamental – Anos Iniciais contempla, antes de mais nada, a construção do sujeito. O processo tem início quando a criança toma consciência da existência de um “Eu” e de um “Outro”. O exercício de separação dos sujeitos é um método de conhecimento, uma maneira pela qual o indivíduo toma

consciência de si, desenvolvendo a capacidade de administrar a sua vontade de maneira autônoma, como parte de uma família, uma comunidade e um corpo social (BRASIL, 2018, p. 403).

A partir disso, “as diferentes formas de organização da família e da comunidade: os vínculos pessoais e as relações de amizade” (Brasil, 2018, p. 407), devem ser trabalhadas se atentando para identificação desses aspectos históricos, a fim de desenvolver o crescimento dos e das estudantes por meio do registro das lembranças particulares ou de lembranças dos membros de sua família e/ou de sua comunidade. Assim como identificar a relação entre as suas histórias e as histórias de sua família e de sua comunidade (Brasil, 2018).

Dessa forma, ao realizar a análise documental, compilamos dados e criamos um material voltado para as mulheres que viviam ali, que geralmente são esquecidas, mas que batalharam por melhores condições de vida, por reconhecimento e representatividade política e econômica, por direitos a uma vida permeada por igualdade de direitos em relação ao que era permitido aos homens, possibilitamos relações de pertencimento e descoberta da identidade.

Identidade que faz parte da memória e da história de gerações posteriores às dessas mulheres que lutaram contra a opressão, que buscaram emancipação e resistência e que transformaram o modelo de vida, de relacionamento, a forma como se enxergava a educação, a política e o meio social.

## REFERÊNCIAS

- **Fontes Manuscritas**

**Inventários de Família *Post-mortem* de Dona Maria Esméria Cândida Teixeira - Lavras-MG.** CEMEC-SM: Centro da Memória Cultural do sul de Minas. Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG. Campus de Campanha-MG.

**Requerimento para Divórcio e Separação de bens.** Vila de Lavras do Funil, Minas Gerais, Comarca do Rio das Mortes, 1836.

**Lista Nominativa de Habitantes de Lavras: 1831-1832.** Arquivo Público Mineiro – APM.

**Listas Nominativas de Habitantes de Minas Gerais.** CEDEPLAR: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG. Listas Digitalizadas.

**Opinião do excelentíssimo bispo conde frei Francisco de São Luís sobre conciliação em casos de divórcio.** S/I, 1835. 7 p. Orig. Ms. Coleção Portugal.

- **Fontes Impressas**

LEFORT, José do Patrocínio. **O sul de Minas e as Bandeiras.** Campanha: Minas Gerais: Centro de Estudos Campanhenses Mons. Lefort, s/d.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). BNDIGITAL I: Coleção Casa dos Contos. **O Sexo Feminino.** Rio de Janeiro, 1873. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/706868/per706868\\_1873\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/706868/per706868_1873_00001.pdf). Acesso em 27 out. de 2022.

**MAPA DAS CORTES. Mapa dos confins do Brasil com as terras das coroas de Espanha na América Meridional no ano de 1749.** Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart1004807/cart1004807.htm](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1004807/cart1004807.htm). Acesso em: 6 jun. 2023.

- **Bibliografia**

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia.** São Paulo: Moderna, 1996.

BARBOSA, Josué Humberto. **Ríos domados, fijados y aprisionados: memoria e historia ambiental del río Grande, Minas Gerais, y etno-ecología de las aguas de Brasil.** Salamanca: Espanha, Universidad de Salamanca, 2006. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Psicologia Social e Antropologia.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018.

CAMPOS, Kátia Maria Nunes. **Mulheres coloniais: esposas e concubinas numa sociedade escravista**. ABEP, em Caxambu, MG, 2010. Acesso em: 31 jul. 2022. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/2304/2258>

COVAS, Tatiane. Acervo e Personagens da Biblioteca Nacional: O Sexo Feminino: semanário dedicado aos interesses da mulher. **BNDigital Brasil**, 2021. Disponível em: < <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/acervo-e-personagens-da-biblioteca-nacional-o-sexo-feminino-semanario-dedicado-aos-interesses-da-mulher/> >. Acesso em: 12 jun. 2023.

DELGADO, Luiz, **Quadro histórico do direito brasileiro**. Recife, UFPE, 1974.

FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). **Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**/Hans-Georg Gadamer: tradução de Flávio Paulo Meurer - Petrópolis, RJ: Vozes, 1997

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais. São João del Rei (1831-1888)**. São Paulo: Annablume, 2002.

IBDFAM : Instituto Brasileiro de Direito de Família. **A trajetória do divórcio no Brasil: a consolidação do Estado Democrático de Direito**. 2010. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/noticias/na-midia/3713/A+trajet%C3%B3ria+do+div%C3%B3rcio+no+Brasil:+A+consolida%C3%A7%C3%A3o+do+Estado+Democr%C3%A1tico+de+Direito>. Acesso em: 15 jun. 2023

IGLÉSIAS, Francisco. **Minas Gerais no Século XVIII**. Ouro Preto, Museu da Inconfidência, 1995, 159p.il.

JURISP. MINEIRA, Belo Horizonte, a. 65, n° 208, p. 13-26, jan./mar. 2014

LENHARO, Alcir. **As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842**. Rio de Janeiro: Símbolo, 1979.

LIMA, Yêdda Dias. **Código Costa Matoso: coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis; coordenação geral de Luciano Raposo de Almeida Figueiredo e Maria Verônica Campos**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999. Acesso em: 31 jul. 2022.

MELO, Hildete Pereira de; MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **A partilha da riqueza na ordem patriarcal**. Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, 5(2): 155-179, jul./dez. 2001. Acesso em: 26 ago. 2022. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/19727>

PRIORE, Mary Del (org); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil** (Inclui contribuição de Luciano Figueiredo. Mulheres nas Minas Gerais). 9. ed., 2ª reimpressão - São Paulo: Contexto, 2009.

RODRIGUES, André Figueiredo. **Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses**. Revista Brasileira de História, v. 23, n. 46, p. 253–270, 2003.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. **Demografia histórica e história das mulheres**. ABEP, em Campinas, SP, 2019. Acesso em: 31 jul. 2022. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/3537/3389>

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. **Dicionário das Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade**. Jorge Zahar Editora, 1º ed., 2000.

SOARES, Cristiane; MELO, Hildete Pereira de; BANDEIRA, Lourdes. **O trabalho das mulheres brasileiras: uma abordagem a partir dos censos demográficos de 1872 a 2010**. ABEP, em São Pedro, SP, 2014. Acesso em: 31 jul. 2022. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/2187/2142>

SOBRAL NETO, Margarida. **O Papel da Mulher na Sociedade Portuguesa Setecentista**. In: FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001, p. 25-44.

STEFANI, João. **Sul de Minas na primeira metade do século dezenove: potencial de centralidade urbana e sua distribuição territorial**. UFMG, Caderno de Geografia, v.26, n.46, 2016

VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. **Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia**. Lisboa, 1707.